



SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS NEOLIBERAIS DE ESPORTE E LAZER

Alexandre Costa Borba¹
Estevão Lopes Garcia²

RESUMO

As políticas públicas de esporte e lazer no âmbito das discussões metodológicas enquanto agentes de formação sob a égide do capital, carecem de reflexões em torno do papel dos projetos sociais estatais e privados, que analisem seus discursos, suas práticas e suas conseqüências para as (re) produções dos meios de existência humana. Elucidar algumas questões que norteiam as políticas estatais, especificamente, no campo do esporte e do lazer, é o objetivo deste texto. Pretendendo, sobretudo, apontar contradições e possibilidades de transformação das políticas vigentes, apoiados em aspectos que envolvem a perspectiva do marxismo e dos movimentos sociais revolucionários.

Palavras-chave: Políticas públicas; Neoliberalismo; esporte e lazer.

ABSTRACT

Public policies for sport and leisure in the context of discussions methodological training as agents under the capital, lack of reflection on the role of state and private social projects, to analyze their speeches, their practices and their consequences for the (re) production of the means of human existence. Clarify some issues that guide state policies, specifically in the field of sports and leisure, is the objective of this text. Claiming, in particular, pointing contradictions and possibilities of transformation of current policies, supported in areas that involve the perspective of Marxism and revolutionary social movements.

Key-words: Public policy; Neoliberalism; sport and leisure.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende elucidar algumas questões que norteiam as políticas estatais, especificamente, no campo do esporte e do lazer. Pretendemos, sobretudo, apontar contradições e possibilidades de transformação das políticas vigentes. Isso,

¹Pós-graduando / Mestrando- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz.E-Mail: alexcborba@fiocruz.br

²Pós-graduando / Mestrando- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz.E-Mail: estevaolg@yahoo.com.br

apoiados em aspectos que envolvem a perspectiva do marxismo e dos movimentos sociais revolucionários.

Para tanto, é importante ressaltar que é do conhecimento científico, e do senso comum, que os ditos “projetos sociais”, que estão em voga no Brasil, são mencionados em noticiários e campanhas eleitorais, como mercadoria. Através desses projetos, o esporte, como um dos maiores fenômenos culturais de nosso tempo atual, assume, então, uma dimensão socializante de promoção da cidadania àqueles que se encontram abandonados pelo poder público (GAWYSZEWSKI, 2006).

Com efeito, os projetos sociais e as práticas político-pedagógicas são apresentados pela mídia como elementos fundamentais para a difusão do esporte/lazer neoliberal.

No seio dos discursos sobre esses projetos governamentais, observamos que o papel do esporte/lazer, na perspectiva de sua vinculação educação e trabalho, portanto, passa a ter centralidade tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução quanto para a ‘automudança’ consciente dos indivíduos, chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. Logo, é importante frisar que a escolha de uma ou outra forma de intervenção traz implícita a problemática da manutenção ou da mudança social, ainda que isso não implique a adoção de uma perspectiva revolucionária (STOTZ, 2005).

A problemática do atual e falso discurso governamental, explícito, envolve, segundo Melo (2005),

os processos de disseminação das relações sociais de produção e existência fundadas na lógica capitalista que também se dão por meios educativos de difusão de sua concepção de mundo e projetos de sociedade, sobretudo, por mecanismos subliminares de produção de vontade, desejos e valores.” (...) “Assim, a eternização do capitalismo como única forma de organizar a vida em sociedade também se dá através das práticas de esporte/lazer” (...) e, conseqüentemente, essas (...) “vivências culturais obtêm uma posição de destaque, tanto na conservação quanto na possível introdução de novas relações sociais na disputa pela hegemonia, podendo influir objetivamente na dinâmica de organização da sociedade.” (...) “Contudo, pensar numa política pública de esporte/lazer nos impinge a propor uma nova forma de organização da cidade, na qual o cidadão possa se relacionar com esta não apenas do ponto de vista de sua utilidade no processo de auto-exploração da sua capacidade de trabalho; não apenas enquanto gerador de mais valia e acumulação de capital; enquanto eterno “transeunte”.

Isto posto, por acreditarmos que a lógica do sistema capitalista exclui a possibilidade de legitimar o conflito entre as forças antagônicas fundamentais, inclusive como alternativas viáveis entre si, quer no campo da produção material, quer no âmbito do esporte/lazer, e enfatiza, justamente, o contrário, que é a

negociação e o consenso entre as partes. Essa conformação é ao mesmo tempo compatível com a lógica do capital, benéfica para a sobrevivência do sistema, e razão do fracasso das utopias educacionais formuladas com a intenção de instituir mudanças na sociedade por meio de transformações educacionais que rompam com as atuais formas (MÉSZÁROS, 2006).

Assim, a atual proposta de discussão sobre as teorias e metodologias que embasam projetos e práticas político-pedagógicas no âmbito do esporte/lazer se faz relevante, especificamente, para uma posterior rediscussão do papel social da Educação Física, dentro e fora da escola, bem como, para uma rediscussão do papel de seus professores e estudantes, sobretudo, e especialmente, contribuindo para a elaboração de políticas públicas revolucionárias.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA/POLÍTICA/TEÓRICA

Neste contexto, que é do conhecimento científico que o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre trabalho e educação (SAVIANI, 2007). Num lapso temporal, com a divisão social do trabalho, dividiu-se o conhecimento. Com efeito, o esporte e o lazer, por exemplo, são encontrados em “áreas” separadas, assim como encontramos outros conhecimentos dicotomizados em “áreas” e, cada vez mais específicos, ou especializados. Isso é fruto da forma de organizar e produzir conhecimento da sociedade capitalista e, traz consequências para o desenvolvimento, ou escolha, de concepções teórico-metodológicas que embasam projetos e práticas político-pedagógicas, nesse caso, de esporte e lazer.

A Constituição Brasileira, também, garante o direito, ao cidadão, do acesso ao lazer e ao esporte. Entretanto, e não obstante, no âmbito das políticas públicas do esporte e do lazer, o discurso que se faz presente, posto por alguns autores tais como Gawryszewski (2006), é que tanto os projetos públicos quanto os privados têm apontado para a promoção da cidadania e da inclusão social como mecanismos controladores da inquietude juvenil, escamoteando os fundamentos do capitalismo. Cabe ao esporte e ao lazer, salvar os adolescentes do envolvimento com o uso, ou com o tráfico, de drogas. O autor, ainda destaca que algumas das diretrizes que norteiam a nova gestão das Vilas Olímpicas, especificamente da Vila

Olímpica da Maré, exalam a mesmice de sempre: políticas de promoção do esporte para evitar desvios sociais e que, em médio prazo, possam inferir em melhora de indicadores sociais como repetência e evasão escolar, delinqüência infanto-juvenil, prostituição e consumo/tráfico de drogas.

Nos termos de Melo (2005), as políticas públicas em questão “precisariam” de outras justificativas que não apenas a democratização do acesso/permanência. Pois não é difícil ouvir assertivas de que o jovem que pratica esporte, por exemplo, não se envolve com drogas; ou argumentos mais conservadores no que tange ao tempo livre ocioso (lazer), como sendo este a raiz de todos os males e problemas da juventude; “não tem tempo de pensar em besteira”; “não fica fazendo o que não deve fazer na rua”; “mente vazia oficina do diabo”. (...) “Assim o esporte e o lazer seriam “antídotos perfeitos” para coibir tais práticas, como uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social.

Por outro lado, as políticas do atual Governo Federal são apresentadas e colocadas em prática sob o discurso de que as mesmas visam beneficiar a todos os brasileiros, em especial os que estão social e economicamente excluídos. Além desses aspectos, o governo defende que os negócios que envolvem o esporte e o lazer devem ser encarados como um setor com amplas capacidades de geração de lucros e que, por este motivo, trata-se de um mercado a ser explorado com maior atenção. Além de fazer bem a saúde, especialmente, o esporte também faz muito bem para a economia do País. A indústria esportiva brasileira movimentava mais de R\$ 25 bilhões por ano. O setor também é um importante gerador de emprego e hoje são 300 mil pessoas que dependem economicamente da atividade esportiva no Brasil (BRASÍLIA, 2004 *apud* PENNA, 2006).

O uso de imagens e depoimentos de grandes nomes do esporte nacional ou a utilização de exemplos da vida de cidadãos comuns e esportistas anônimos que conseguem alguma forma de destaque perante a sociedade, é exibido como incentivo à competitividade e constante busca pelo sucesso. Reforça-se, assim, a idéia do indivíduo como único responsável por suas vitórias e/ou derrotas no jogo da vida. Força de vontade, elevação da auto-estima, entre outros sentimentos, parecem ser os pré-requisitos para alcançar a superação das diversidades econômicas, sociais e culturais do brasileiro (PENNA, 2006).

Para Saldanha Filho (2003), “os programas de investimento nos setores sociais, dos quais o esporte e lazer fazem parte, são vetores de crescimento e transformação da economia e, por isso, têm reflexos diretos na qualidade de vida da população”. Portanto, para o autor, “as políticas públicas para esporte e lazer, constituem elementos importantes para a materialização nas administrações públicas para que o esporte e lazer sejam efetivamente considerados um direito do cidadão. Haja vista que, como mencionado anteriormente, a Constituição Brasileira, “lei maior” de nosso país, garante dentre os direitos dos cidadãos, o direito ao lazer e ao esporte, como elementos sociais que são de extrema importância para a construção e o pleno direito à cidadania”.

Contudo, nos parece evidente que por trás das teorias dos projetos e práticas pedagógicas capitalistas, aparece à natureza violenta e excludente do capital. Para Frigotto e Ciavatta (2001) trata-se de teorias e de em corpo ideológico que opera num sentido duplo: mascarando a especificidade e a profundidade da crise do capital e sua violência na destruição de direitos, a mutilação da vida da grande maioria dos seis bilhões de seres humanos que habitam o planeta terra e a própria ameaça das bases da vida; e afirmando os horizontes ético-políticos utilitaristas que sustentam o ideário do mercado auto-regulado como parâmetro das relações sociais e impõem a ditadura da razão única – a razão do capital. Mas, como já nos alertou Marx, a “ciência burguesa”, mediada pela ideologia que naturaliza as relações capitalistas, centra-se no entendimento das suas funções e disfunções internas e ignora o que, historicamente, as produz. Por isso mesmo, a ciência burguesa percebe os problemas concretos como o da desigualdade nos diferentes âmbitos humano-sociais, também observados no esporte/lazer e que é inerente à forma social capitalista, como uma mera disfunção e, com efeito, sempre ataca de forma focalizada, as conseqüências e não as determinações.

Para Frigotto (2008), o grande desafio é substituir o projeto da burguesia brasileira, por um projeto nacional popular de caráter socialista. O autor cita Kuenzer ressaltando que o desafio que se coloca é o rompimento deste círculo, o que demanda novas leituras e propostas a partir de práticas que apontem para novas formas de organização social, que interfiram positivamente no atendimento às necessidades dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, e em conclusão, destacamos que numa perspectiva revolucionária sobre o papel da Educação Física, entendida por Cultura Corporal, na contribuição para a elaboração de “novas” políticas estatais, especialmente no âmbito do esporte e do lazer, defendemos que: (1) a expressão corporal é uma linguagem, um conhecimento universal. A ausência de sua manifestação espontânea impede que o homem e a realidade sejam entendidos dentro de uma visão de totalidade. (2) o esporte deve ser utilizado enquanto um instrumento capaz de viabilizar o entendimento crítico de sua utilização como uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a funcionalidade e desenvolvimento da sociedade capitalista. Com efeito, devemos reconfigurá-lo na teoria e na prática, do contrário permaneceremos dentro da lógica educacional do sistema capitalista, no qual as crianças compõem, e compõem, o grupo de trabalhadores que terão de lutar pela sua participação no mundo do trabalho, manifestado sob o termo de mercado de trabalho, além de sofrerem com o aprimoramento técnico, cada vez mais precoce, dos aspectos que estão intrínsecos e extrínsecos ao processo de ensino e aprendizado.

REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 521-536, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2ª ed.. Editora Vozes, 2001.
- GAWYSZEWSKI, Bruno. Políticas públicas de lazer para a juventude pobre. **Revista Movimento**, v. 12, n. 3, p. 265-278, 2006.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MELO, Marcelo Paula de. A vila olímpica da maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3, p. 89-106, 2005.
- MÉSZÁROS, István. Educação para além do capital. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 205-212, 2006.

PENNA, Adriana Machado. O governo Lula e sua política (neoliberal) para o esporte nacional: manutenção e/ou adaptação ao projeto dominante? **Trabalho Necessário**, ano 4, n. 4, 2006.

SALDANHA FILHO, Matheus. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13., 2003, Caxambu. 25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 9-30, 2005.